

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
FONTES DE RECURSOS	
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS	0,00
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	1.930.434,457,11
Total das Fontes de Recursos	1.930.434.457,11

Protocolo 225252

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	956.132.183,76	893.016.870,19
Contribuições Sociais	956.132.183,76	893.016.870,19
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	275.601,76	355.376,83
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços	275.601,76	355.376,83
VPA - Financeiras	215.386.387,23	147.675.918,77
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	384.984,74	95.233,55
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras	0,00	1.059,32
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	215.001.402,49	147.579.625,90
Transferências Recebidas	1.672.861.440,01	1.559.087.269,81
Transferências Intra Governamentais	1.672.861.440,01	1.559.087.269,81
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	212.615,78	26.916,01
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com incorporação de Ativos	0,00	25.298,01
Ganhos com Desincorporação de Passivos	212.615,78	1.618,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.701.389,69	23.178.699,39
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	7.835.491,79	3.415.524,85
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14.865.897,90	19.763.174,54
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.867.569.618,23	2.623.341.051,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos Sociais	11.995.995,97	11.239.423,31
Remuneração a Pessoal	10.147.951,83	9.250.143,92
Encargos Patronais	1.706.867,78	1.788.949,77
Benefícios a Pessoal	141.176,36	200.329,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.199.181.215,72	2.089.583.901,39
Aposentadoria e Reformas	1.783.805.529,05	1.678.651.938,11
Pensões	415.253.147,27	410.907.431,89
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	122.539,40	24.531,39
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.026.567,42	5.474.650,16
Uso de Material de Consumo	197.776,82	86.661,30
Utilização de Serviços	5.828.790,60	5.387.988,86
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
VPD - Financeiras	7.749.395,82	719.255,56
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	3.631,29	10.819,61
Variações Monetárias e Cambiais	2.488,70	397.467,07
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	7.743.275,83	310.968,88

Transferências e Delegações Concedidas	99.527.002,28	79.350.327,49
Transferências Intra Governamentais	99.527.002,28	79.350.327,49
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências para Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	10.359.197,62	12.569.603,77
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	10.151.557,18	12.569.603,77
Perdas com alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	13.543,87	0,00
Desincorporação de Ativos	194.096,57	0,00
Tributárias	28.278.356,68	23.649.671,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.708,36	4.612,46
Contribuições	28.271.648,32	23.645.059,10
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.410.603,40	212.928.172,87
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Constituição das Provisões	0,00	212.905.678,19
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.410.603,40	22.494,68
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	2.369.528.334,91	2.435.515.006,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	498.041.283,32	187.826.044,89

NOTA EXPLICATIVA:

O saldo apresentado na DVP compõe o somatório apresentado nas três unidades gestoras do Órgão, não há eliminação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas, conforme dispõem o MCASP.

Protocolo 225253

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.577.113,41	0,00	483.577.113,41
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.860.418,88	0,00	-8.860.418,88
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474.716.694,53	0,00	474.716.694,53

NOTA EXPLICATIVA:

O saldo apresentado na DMPL compõe o somatório apresentado nas três unidades gestoras do Órgão, não há eliminação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas, conforme dispõem o MCASP.

Protocolo 225254

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	3.454.319.705,25	3.205.255.346,95
Receitas Derivadas e Originárias	2.583.736.006,34	2.357.778.448,88
Transferências correntes recebidas	274.279.294,90	249.462.519,61
Outros ingressos operacionais	596.304.404,01	598.014.378,46
DESEMBOLSOS	2.943.973.380,41	2.805.293.274,99
Pessoal e Demais Despesas	2.252.440.568,91	2.135.882.845,56
Juros e Encargos da Dívida	718.496,10	310.968,88
Transferências concedidas	92.574.151,94	73.167.020,62
Outros Desembolsos Operacionais	598.240.163,46	595.932.439,93
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	510.346.324,84	399.962.071,96
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	7.835.491,79	11.709.317,44
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	7.835.491,79	11.709.317,44
DESEMBOLSOS	10.264.370,40	13.808.648,38
Aquisição de Ativo Não Circulante	112.813,22	1.239.044,61
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	10.151.557,18	12.569.603,77
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-2.428.878,61	-2.099.330,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	3.486.387,62	3.293.293,82
Amortização/Refinanciamento da Dívida	3.486.387,62	3.293.293,82
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-3.486.387,62	-3.293.293,82
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	504.431.058,61	394.569.447,20
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.430.350.542,37	1.035.781.095,17
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.934.781.600,98	1.430.350.542,37

NOTA EXPLICATIVA:

O saldo apresentado na DFC compõe o somatório apresentado nas três unidades gestoras do Órgão, não há eliminação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas, conforme dispõem o MCASP.

Protocolo 225255

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 1 – QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	8,02	0,00
Receita de Contribuições	2.354.782.843,00	2.202.156.178,69
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	265.486,99	345.918,69
Remuneração das Disponibilidades	215.001.402,49	147.580.685,22
Outras Receitas Derivadas e Originárias	13.686.265,84	7.695.666,28
Total das Receitas Derivadas e Originárias	2.583.736.006,34	2.357.778.448,88

Protocolo 225256

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 2 – QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	274.278.736,89	249.462.519,61
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Demais Transferências	558,01	0,00
Total das Transferências Recebidas	274.279.294,90	249.462.519,61
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	92.574.151,94	73.167.020,62
Total das Transferências Concedidas	92.574.151,94	73.167.020,62

Protocolo 225257

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 3 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
04 - ADMINISTRAÇÃO	40.658.995,71	46.296.145,47
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.207.485.046,22	2.089.554.450,30
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	4.296.526,98	32.249,79
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	2.252.440.568,91	2.135.882.845,56

Protocolo 225258

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 4 – QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	718.496,10	310.968,88
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	718.496,10	310.968,88

Protocolo 225259

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
BALANÇO FINANCEIRO
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	2.583.736.006,34	2.357.778.448,88	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	2.257.685.949,90	2.142.415.610,33
Ordinária	2.826,61	12.269,85	Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	2.583.733.179,73	2.357.766.179,03	Vinculada	2.257.685.949,90	2.142.415.610,33
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	Vinculada (I)	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	2.583.733.179,73	2.357.766.179,03	RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	2.257.685.949,90	2.142.415.610,33
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	274.279.294,90	249.462.519,61	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	92.574.151,94	73.167.020,62
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	92.330.542,77	72.776.258,14	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	92.574.151,94	73.167.020,62
Transferências Recebidas Independentes de Exec. Orçamentária	558,01	15,33	Transferências Concedidas Independentes de Exec. Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	181.948.194,12	176.686.246,14	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
RECEBIMENTO EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (III)	608.274.702,98	614.289.165,69	PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	611.382.842,29	611.372.682,51
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.166.798,26	4.545.459,71	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	3.063.803,62	2.896.326,19
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.872.113,49	97.573,54	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	47.424,08	57.249,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	596.218.983,06	597.936.815,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	597.923.665,22	595.849.502,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.016.808,17	11.709.317,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.347.949,37	12.569.603,79
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	1.430.433.479,35	1.035.858.658,63	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.935.080.539,44	1.430.433.479,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.430.350.542,37	1.035.781.095,17	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.934.781.600,98	1.430.350.542,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	82.936,98	77.563,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	298.938,46	82.936,98
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	4.896.723.483,57	4.257.388.792,81	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	4.896.723.483,57	4.257.388.792,81

NOTA EXPLICATIVA:

Na linha de "Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS" está incluso o valor de R\$ 1.398.582.703,12, referente a valores recebidos orçamentariamente, do Poder Executivo, para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

As linhas "Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária" e "Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária", estão representadas, principalmente, por valores transferidos dos Fundos ao IPAJM, a título de taxa de administração (R\$ 74.348.930,52), além de valores devolvidos do IPAJM para os Fundos, a título de sobra de caixa do IPAJM (R\$ 17.921.869,11), conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 1.434-R de 27/01/2005.

O valor de R\$ 181.948.194,12 refere-se a valores recebidos extra orçamentariamente, dos demais poderes, para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

O saldo apresentado no Balanço Financeiro compõe o somatório apresentado nas três unidades gestoras do Órgão, não há eliminação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas, conforme dispõem o MCASP.

Protocolo 225261

Visitar o Palácio Anchieta é fazer uma viagem pela história do Espírito Santo.

Horários de visitação:

De terça a sábado: 10h às 17h. Domingo: 10h às 16h (visitas agendadas).
Escolas e grupos: de terça a domingo (previamente agendadas).

Agendamento: de segunda a sexta, das 8h às 18h,
pelo tel.: (27) 3636-1032 ou
pelo e-mail: agendamento@seg.es.gov.br

Endereço:

Praça João Climaco, s/n
Cidade Alta - Centro
Vitória - Espírito Santo

www.palacioanchieta.es.gov.br

PALÁCIO
ANCHIETA

Patrimônio
Capixaba



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
Acumulado até Dezembro/2015						
Anexo XII, da Lei 4.320/64						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.583.736.006,34	-97.763.686,66		
RECEITAS CORRENTES	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.583.736.006,34	-97.763.686,66		
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	8,02	8,02		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.412.713.695,00	2.420.255.395,00	2.354.782.843,00	-65.472.552,00		
RECEITA PATRIMONIAL	189.402.574,00	189.402.574,00	215.001.402,49	25.598.828,49		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	60.943.255,00	65.681.927,00	265.486,99	-65.416.440,01		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.159.797,00	6.159.797,00	13.686.265,84	7.526.468,84		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal das receitas (I)	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.583.736.006,34	-97.763.686,66		
Refinanciamento (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.583.736.006,34	-97.763.686,66		
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (V) = (III+IV)	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.583.736.006,34	-97.763.686,66		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	-		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	-		
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-a)
DESPESAS CORRENTES	2.254.962.792,00	2.270.738.164,00	2.254.022.902,90	2.252.946.179,21	2.250.074.065,72	16.715.261,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.217.742.239,00	2.231.411.739,00	2.217.031.583,43	2.216.731.026,27	2.216.709.366,21	14.380.155,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	725.000,00	718.496,10	718.496,10	718.496,10	6.503,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.720.553,00	38.601.425,00	36.272.823,37	35.496.656,84	32.646.203,41	2.328.601,63
DESPESAS DE CAPITAL	7.250.000,00	3.755.000,00	3.663.047,00	3.572.972,43	3.572.972,43	91.953,00
INVESTIMENTOS	3.250.000,00	260.000,00	176.659,38	86.584,81	86.584,81	83.340,62
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.000.000,00	3.495.000,00	3.486.387,62	3.486.387,62	3.486.387,62	8.612,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	407.006.529,00	407.006.529,00	0,00	0,00	0,00	407.006.529,00
Subtotal das Despesas (VI)	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.257.685.949,90	2.256.519.151,64	2.253.647.038,15	423.813.743,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.257.685.949,90	2.256.519.151,64	2.253.647.038,15	423.813.743,10
Superávit (IX)	0,00	0,00	326.050.056,44	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII+IX)	2.669.219.321,00	2.681.499.693,00	2.583.736.006,34	2.256.519.151,64	2.253.647.038,15	423.813.743,10

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS CORRENTES	0,00	4.484.816,53	3.037.575,21	3.037.575,21	1.447.224,16	17,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	107.441,33	0,00	0,00	107.441,33	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	4.377.375,20	3.037.575,21	3.037.575,21	1.339.782,83	17,16
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	60.643,18	26.228,41	26.228,41	34.414,77	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	60.643,18	26.228,41	26.228,41	34.414,77	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	4.545.459,71	3.063.803,62	3.063.803,62	1.481.638,93	17,16

NOTA EXPLICATIVA:

O saldo de R\$ 17,16 refere-se a RAP de 2014 não cancelado no decorrer de 2015 e regularizado em 17/02/2016, por meio da nota patrimonial 2016NP00054.

Protocolo 225263

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Acumulado até Dezembro/2015

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS CORRENTES	72.667,95	82.514,02	47.424,08	99.420,81	8.337,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.013,57	38.546,05	28.436,20	74.123,42	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.654,38	43.967,97	18.987,88	25.297,39	8.337,08
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.059,52	0,00	15.059,52	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	15.059,52	0,00	15.059,52	0,00
TOTAL	72.667,95	97.573,54	47.424,08	114.480,33	8.337,08

NOTA EXPLICATIVA:

O saldo de R\$ 8.337,08 refere-se a não pagamento do fornecedor UNIC Soluções em Informática - Proc. 51537079, por conter restrição em seu CNPJ.

Protocolo 225264

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RPPS

EXERCÍCIO DE 2015

Valores expressos em reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, criado através da Lei Complementar Estadual nº 282, de 26 de abril de 2004, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em relação ao poder executivo, é o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Espírito Santo.

A gestão previdenciária do Estado do Espírito Santo é efetuada com a segregação da massa em dois fundos, em conformidade com o disposto no art. 49 - LC nº 282/2004:

O Fundo Financeiro (FF) destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual até a data de publicação desta lei Complementar e aos seus respectivos dependentes.

O Fundo Previdenciário (FP) destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar e aos seus respectivos dependentes.

Ainda de acordo com a Lei citada, ao segurado é garantido a aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, e quanto ao beneficiário à pensão por morte e auxílio reclusão.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do ES-Previdência foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES e estão apresentadas de forma consolidada, englobando o **IPAJM**, o **Fundo Financeiro** e o **Fundo Previdenciário**.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Inciso II do art. 53, da Lei 282, de 26 de abril de 2004, e alterada pela Lei Complementar 539, da Lei nº 9.717, de 27/11/1998 e da Portaria MPS nº 95, de 06 de março de 2007, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria MPS nº 916/2003. Observou, ainda, as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, as normas de finanças públicas da Lei nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, disposições do Conselho Federal de Contabilidade

em cumprimento aos Princípios de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e instruções normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa, ambas devidamente contidas na Lei Orçamentária Anual nº 10.347, de 06 de fevereiro de 2015.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Instituto em 31 de dezembro de 2015. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos do Instituto no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Ainda demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais. A análise do Balanço Orçamentário é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal pelo impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

No Balanço Financeiro, os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Instituto durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial. A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 15, estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extras orçamentárias (independentes da execução do orçamento). Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), *facultativa para aos órgãos e entidades dos entes da Federação*, que é um instrumento utilizado para evidenciar as variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente na evolução do patrimônio líquido.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), elaborada pelo método direto, evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa de curto prazo verificadas no exercício. Esta permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas notas explicativas constantes deste relatório.

2.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do exercício foi **superavitário em R\$ 326.050.056,44**, entretanto o balanço é consolidado no órgão e cada Unidade Gestora apresenta resultados díspares, conforme a seguir:

A receita para 2015 foi prevista em R\$ 2.681.499.693,00 e no fim do exercício o Instituto apresentou **déficit** de arrecadação de **R\$ 97.763.686,66**, assim distribuído:

□ Na UG 600201 houve **déficit** de arrecadação no valor de R\$ 59.969.590,24 ocasionado por ter previsto no orçamento o valor de R\$ 61.918.270,00 como receita de serviços, todavia a taxa de administração, devida pelos Fundos Previdenciários e Financeiros a taxa de 1,5% do valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, para a cobertura de despesas de manutenção do Regime Próprio de Previdência, a cargo do IPAJM, conforme dispõem o art. 52 da LC 282/2004, é recebido EXTRA-ORÇAMENTARIAMENTE como sub-repasse (451120300), já que o orçamentário foi reconhecido nos Fundos como contribuição.

□ Na UG 600210 - Fundo Financeiro, houve **déficit** de arrecadação no valor de R\$ 142.794.829,87 ocasionado por ter previsto no orçamento o recebimento de contribuição para cobertura do déficit financeiro dos demais poderes e recebido o valor de R\$ 181,9 milhões EXTRA-ORÇAMENTARIAMENTE como sub-repasse (451320200).

□ Na UG 600211 - Fundo Previdenciário, houve excesso de arrecadação no valor de R\$ 105.000.730,45 ocasionado por ganho na remuneração das aplicações financeiras no valor de R\$ 39,7 milhões do previsto inicialmente e aumento na contribuição patronal e de servidor que contribuiu com mais R\$ 65,3 milhões.

A despesa foi fixada no valor de R\$ 2.681.499.693,00 e no fim do exercício o Instituto apresentou **economia** de despesa de **R\$ 423.813.743,10**, assim distribuído:

□ Na UG 600201, houve **redução de dotação** no valor de R\$ 5.169.985,00, onde o valor de R\$ 6.145.000,00 serviu como fonte de anulação para a UG 600210 e o acréscimo de R\$ 975.015,00, proveniente de anulação de despesa de outras Unidades Gestoras do Estado do Espírito Santo, conforme Decreto nº 2264-S, de 25/12/2015. Mesmo com a redução, a UG teve uma economia de R\$ 2,2 milhões provenientes de custeios.

□ Na UG 600210, houve um **aumento de dotação** no valor de R\$ 17.450.357,00, proveniente de anulação de despesa de outras Unidades Gestoras do Estado do Espírito Santo, conforme Decretos nºs 2154-S, de 04/12/2015, e o 2264-S, de 25/12/2015. Este aumento, foi necessário para cobrir despesas com folha de inativos e pensionistas.

□ Na UG 600211, o orçamento ficou **inalterado** gerando uma economia orçamentária no valor de R\$ 415.828.692,88, proveniente da não execução da despesa fixada como Reserva de Contingência e de Pessoal e Encargos.

Ressaltamos que o orçamento executado da UG 600201 parte foi executado por DESTAQUE com envio de recursos financeiros (R\$ 293.260,79) a UG 280203 - PRODEST, que serviu para pagar despesas relativas a melhorias/manutenção do sistema de folha de pagamentos - SIARHES.

2.2 BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro evidencia a movimentação financeira do Órgão e não houveram fatos relevantes.

2.3 BALANÇO PATRIMONIAL

2.3.1 Ativo Circulante

Registra as disponibilidades (caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras), os títulos negociáveis, os estoques e outros créditos **de realização**

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

35

a **curto prazo**, como adiantamento a fornecedores e empregados. Por realização a curto prazo, entende-se aquela que ocorrerá no exercício seguinte (prazo de 12 meses seguintes ao do balanço).

2.3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores registrados na conta Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, foram devidamente conciliados no exercício de 2015 e estão demonstrados conforme abaixo. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores históricos acrescidos dos rendimentos e/ou diminuídos das provisões para ajuste de perdas de investimento, reconhecidos no resultado quando incorridos até a data de 31/12/2015.

Unidades Gestoras do RPPS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
600201 - IPAJM	22.911.451,69	17.618.976,00
600210 - Fundo Financeiro	63.712.829,45	71.681.425,00
600211 - Fundo Previdenciário	450.107.642,63	308.026.072,00
600000 - Total de Disponibilidade do RPPS - CP	536.731.923,77	397.326.473,00

2.3.1.2 Créditos de Curto Prazo

São créditos relativos a contribuições a receber, adiantamentos a servidores, cauções e outros. Todos foram conciliados e destacamos:

- O valor de R\$ 19.572,91 - Refere-se a lançamentos desde janeiro/2014, estes foram pagos pelo TJES como contribuição e estaremos regularizando no decorrer do exercício de 2016;
- O valor de R\$ 249.340,89 - Valores registrados como a receber das UGs 100201, 350101, 390101, 410201 e 450104, que após solicitações, não regularizaram no exercício de 2015;
- O valor de R\$ 1.524.944,27 - Refere-se à compensação previdenciária a receber do INSS, relativo a competência 12/2015.

2.3.1.3 Estoques

Estoques de bens de fornecimento e almoxarifados: avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. O valor deste foi conciliado na data base 31/12/2015.

2.3.2 Ativo Não Circulante

Registra os valores de investimentos a longo prazo e outros créditos, bem como os valores dos bens imóveis, móveis e intangíveis. Por realização de longo prazo, entende-se aquela que ocorrerá após o encerramento do exercício seguinte.

2.3.2.1 Créditos de Longo Prazo

São valores registrados como dívida ativa na UG 600201 e 600210, em 2015 fizemos um levantamento de modo a verificar o que é cobrável, os quais detalhamos:

UG 600201 - IPAJM - Valores compostos por: Débitos **prescritíveis**, no montante de R\$ 84.710,43, e débitos **imprescritível**, no montante de R\$ 147.227,18. Os valores prescritíveis não foram atualizados e por meio do processo 68914997 solicitamos autorização para a baixa patrimonial baseado na Nota Técnica 002/2012, emitida pelo corpo jurídico do IPAJM. Os débitos imprescritíveis são compostos:

R\$ 27.108,32 - ROLF RENOLDY HEIMBECK - CPF 56044623734 - Processo 67887589 - Atualizado pela VRTE de 2015 e estamos procedendo com a cobrança administrativa.

R\$ 31.852,75 - ROSA GABRIELI MAGNAGO - CPF 1478605715 - Processo 67887589 - Atualizado pela VRTE de 2015 e encontra-se na PGE.

R\$ 17.766,49 - MARIA DAS GRACAS MOTTA FRANCISCO - CPF 81804210749 - Proc. 16045238 - Atualizado pela VRTE de 2015 e estamos procedendo com a cobrança admin.

R\$ 50.985,84 - ANA LUCIA VEIGA IGREJA - CPF 74262203700 - Processo 51590450 - Atualizado pela VRTE de 2015 e encontra-se na PGE.

R\$ 8.487,05 - AMYNTHAS VELLO SILVARES - CPF 11694777715 - N/tem Processo - Sem atualização, pois encontra-se em análise.

R\$ 10.734,98 - RODOLFO RENOLVI HEIMBECK - CPF 65350553704 - N/tem Processo - Sem atualização, pois encontra-se em análise.

R\$ 291,75 - LEONICE LINS SOARES - CPF 32969260700 - N/tem Processo - Sem atualização, pois encontra-se em análise.

UG 600210 - Fundo Financeiro - Valores compostos por: Débitos **prescritíveis**, no montante de R\$ 59.787,95 e débitos **imprescritível**, no montante de R\$ 43.157,34. Os valores prescritíveis não foram atualizados e por meio do processo 68914997 solicitamos autorização para a baixa patrimonial baseado na Nota Técnica 002/2012, emitida pelo corpo jurídico do IPAJM. Os débitos imprescritíveis são compostos:

R\$ 29.031,75 - JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR - CPF 19320175772 - Processo 37170848 - Atualizado pela VRTE de 2015 e enviado a GJP para procedimento cabíveis.

R\$ 12.629,84 - ANTONIO PAULO CAMPOS DUTRA - CPF 34300562768 - Processo 70447225 - Atualizado pela VRTE de 2015 e enviado a PGE para procedimento cabíveis.

R\$ 1.495,75 - PAULO ANTONIO MUNIZ MONTEIRO - CPF 16921771687 - N/tem Processo - Sem atualização, pois encontra-se em análise.

2.3.2.2 Investimentos e Aplicações Temporárias de Longo Prazo

O valor de R\$ 1.398.049.677,21 refere-se a aplicações do Fundo Previdenciário, estes foram conciliados e está escriturado pelos valores históricos acrescidos dos rendimentos e/ou diminuídos das provisões para ajuste de perdas de investimento, reconhecidos no resultado quando incorridos até a data de 31/12/2015.

O valor de R\$ 19.176,60 refere-se a ações e estão atualizadas a valor de mercado de acordo com o fechamento Bovespa de 30/12/2015, são representadas por:

Ações	Quant. De Ações	Fechamento em 30/12/2015	Valor Atualizado
OIBR3 OI ON N1	243	2,40	583,20
OIBR4 OI PN N1	18	1,95	35,10
VIVT3 TELEF BRASIL ON	196	33,99	6.662,04
VIVT4 TELEF BRASIL PN	259	35,75	9.259,25
TIMP3 TIM PART S/A ON NW	380	6,86	2.606,80
TELB3 TELEBRAS ON	9	2,49	22,41
TELB4 TELEBRAS PN	12	0,65	7,80
Total			19.176,60

Fonte: <http://pregao-online.bmfbovespa.com.br/Cotacoes.apx?idioma=pt-br>

2.3.2.3 Imobilizado e Intangível

No Imobilizado do RPPS está registrado os bens necessários à operação da Entidade, sendo demonstrado ao custo de aquisição. Os bens móveis estão avaliados a valor justo na data de 31/12/2015, bem como para os bens intangíveis. Quanto a amortização e a depreciação, conforme dispõem a IN TC nº 036, de 23/02/2016, o prazo foi prorrogado para 31/12/2016 para a devida preparação de sistemas e outras providências de implantação.

2.3.3 Passivo Circulante

Registra as obrigações com **realização no curto prazo**, todas as contas foram conciliadas em 2015. Informamos que do valor de R\$ 9,5 milhões, temos R\$ 3,4 milhões e R\$ 923 mil referente a principal e juros, respectivamente, do parcelamento PASEP a pagar no decorrer de 2016 e o valor de R\$ 2,7 milhões de PASEP pago mensalmente sobre as receitas auferidas no mês de dezembro/2015.

2.3.4 Passivo Não Circulante

O valor do Parcelamento PASEP - R\$ 67.616.484,03 - é atualizado pela taxa SELIC - Pós Fixado - e esta atualização/juros incorridos estão reconhecidos no resultado até 31/12/2015. O saldo contabilizado está conciliado com o extrato do parcelamento da Receita Federal do Brasil do dia 30/12/2015. Ainda compõem, o valor de R\$ 1.266.977,76 relativo a precatórios a pagar dos seguintes processos:

Proc. 70558035 - Ketri Ferreira Maciel	143.190,23
Proc. 70828539 - Dinah Pereira Meirelles	137.257,93
Proc. 71388516 - Thera Perdigão Gama	276.716,18
Proc. 68560958 - Eneida Resende Machado e Outras	641.815,67
Proc. 68560958 - Maria das Graças Fererici Almeida	67.997,75

Estes processos serão pagos pela SEFAZ, por força da EC 62/2009, a após haverá a necessidade de restituição pelo RPPS.

No exercício de 2015 não foi feito registro contábil acerca das provisões matemáticas, isto motiva-se pelo fato do RPPS está reconhecendo tais provisões de forma antecipada ao que legislação dispõem. Conforme a Portaria MPS nº 204, de 10/07/2008, o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA - deve ser encaminhado ao MPS até o dia 31/03/20XX, relativo ao exercício anterior, e o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, orienta que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, da LRF, deverá conter dados já oficialmente enviados ao Ministério da Previdência Social - MPS. Conforme as legislações dispõem, passaremos a registrar contabilmente os dados da provisão matemática no exercício em que forem encaminhadas ao MPS. Todavia, no exercício de 2015 não haverá registro contábil do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA de 2014, uma vez que este já foi registrado antecipadamente no exercício de 2014.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial do RPPS apresentou resultado patrimonial positivo de R\$ 310.215.238,43 em comparação ao resultado apresentado no exercício de 2014, entretanto foi a UG 600211 - Fundo Previdenciário - que contribuiu significativamente para esse resultado positivo, sendo que as demais apresentaram resultado negativo. Na UG 600210 o resultado negativo de R\$ 6,8 milhões foi pelo motivo do reconhecimento em 29/12/2015, pela SEFAZ, de Precatórios a Pagar no valor de R\$ 3,6 milhões e pagos com reservas financeiras existentes para tal finalidade, sem a necessidade de entrada/aporte de novos recursos. Ainda, O valor de R\$ 1,6 milhão é o reconhecimento de compensação previdenciária a pagar, para este não há reserva e, se não houver compensação com novos valores a receber, será pedido aporte tão logo haja a necessidade do efetivo pagamento. Quanto a UG 600201, apresentou resultado negativo de R\$ 2 milhões. Na apuração desse resultado destacamos: O reconhecimento em 29/12/2015, pela SEFAZ, de Precatórios a Pagar no valor de R\$ 400 mil e pagos com reservas financeiras existentes para tal finalidade; O reconhecimento de R\$ 1,2 milhão relativo a precatórios a pagar, que serão incluídos na apuração da disponibilidade (sobra de caixa do IPAJM, conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 1.434-R de 27/01/2005); e por último, temos o reconhecimento de juros incorridos até 31/12/2015 sobre o principal do parcelamento PASEP no valor de R\$ 7,7 milhões. Ressaltamos, que no exercício de 2015 não transferimos a taxa de administração dos meses de outubro e novembro, já que os valores recebidos foram suficientes para cobrir as despesas comprometidas no exercício.

2.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Nessa demonstração, o valor de R\$ 510 milhões apresentado no fluxo de caixa líquido das atividades das operações está relacionado, principalmente, ao valor de contribuições recebidas pelo Fundo Previdenciário - 600211, já que a folha de inativos e pensionistas no exercício chegou ao valor de apenas R\$ 4,3 milhões, contribuindo para uma geração líquida de caixa e equivalente no valor de R\$ 504 milhões.

2.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nessa demonstração, o valor de R\$ 8,8 milhões apresentado como ajuste de exercícios anteriores está relacionado, principalmente, ao valor de R\$ 8 milhões de juros incorridos sobre o principal do parcelamento PASEP não reconhecidos nos exercícios de 2013 e 2014. Além da baixa de direito a receber reconhecido em duplicidade no exercício de 2014 no valor de R\$ 360 mil e o reconhecimento a valor justo dos bens móveis no valor de R\$ 459 mil.

2.7 NOTAS EXPLICATIVAS COMPLEMENTARES

No orçamento de 2016 está previsto os custos iniciais para demolição e a construção de uma nova sede no terreno pertencente ao RPPS situado na Av. Vitória, porém ainda não há estudos ou licitação para iniciação das obras.

Conforme dispõem o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público o ativo e passivo contingente, cujo valores são incertos, deve ser evidenciado nas demonstrações contábeis, por meio de notas explicativas. Sobre o passivo contingente, o RPPS possui um valor aproximado de R\$ 15 milhões, são diversos processos que estão em fase julgamento e são controlados pelo corpo jurídico deste Instituto. Todavia, há processos antigos, anteriores a 2006, sendo analisados pela PGE onde para os quais não temos controle. Quanto ao ativo contingente, o RPPS possui um valor aproximado de R\$ 5 milhões, são diversos processos em fase de cobrança administrativa e judicial. Justificamos o não lançamento nas contas de controle, como determina o MCASP, por que a verificação dos valores ocorreu somente após o fechamento contábil do exercício de 2015.

Em, 17 de março de 2016.

Jefferson Vieira Rodrigues
Contador
CRC-ES nº 013762/O-9

Susana Gonçalves de Souza José
Guerra
Gerente de Finanças

Paulo Renato da Cunha Pereira
Diretor Adm. e Financeiro

Bruno Margotto Marianelli
Presidente Executivo

Protocolo 225266

Você também vai querer conhecer!

Novo site do DIO/ES. Mais acessibilidade,
facilidade e modernidade para você.

Acesse: www.dio.es.gov.br

Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo. Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 2375 - Bento Ferreira - Vitória/ES - CEP: 29050-625 | Telefone: 37 3636.6923

PARECER TÉCNICO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2015

CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, no exercício de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 282/2004 no art. 67, IV, após examinarem as Demonstrações Contábeis do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, são de parecer que as peças examinadas representam a situação patrimonial, orçamentária e financeira da instituição, devendo ser submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e publicadas pelo Presidente do IPAJM.

Nota: o relatório poderá ser lido no endereço: <http://www.ipajm.es.gov.br/default.asp>

Vitória – ES, 28 de março de 2016.

MARIA IVONETE BEZERRA DE SÁ THIEBAUT
Presidente do Conselho Fiscal

ADEMAR ANDREATTA
Representante - Poder Executivo

JOSÉ MARIA PIMENTA
Representante - Poder Legislativo

RENATO TOGNERE FERRON
Representante - Poder Judiciário

CARLOS THADEU T. DUARTE
Representante - Segurados Inativos

HIRANILDA MATOS
Representante - Segurados Ativos Cívicos

CÉLIA CEI BICALHO VIEIRA
Representante - Segurados Ativos Militares

Protocolo 225267

DIÁRIO OFICIAL

Mais integração e aperfeiçoamento na prestação de serviços à sociedade

O Sistema de Gestão vai integrar as secretarias e órgãos do Governo, agilizando a tomada de decisões.

lema amplia o número de praias monitoradas em Vila Velha

Atas participam do 'Jovens Embaixadores' nos Estados Unidos

Cobertura de esgotamento sanitário chega a 91% na GV

Oficina artística homenageia o Espírito Santo

Gestão cultural será marcada pelo diálogo

Atas, Comunicados, Licitações, Balanços...

Não importa qual é a sua publicação, aqui ela estará no lugar certo.

Imprensa Oficial do Espírito Santo
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2375 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29.050-625
Tel.: (27) 3636-6929 | www.dio.es.gov.br

125 anos
1890-2015
IMPRESA OFICIAL/ES